







(continuação)

**Banco Pecúnia****Banco Pecúnia S.A.**Rua Boa Vista, 254 - 8º andar - São Paulo - SP  
CNPJ 60.850.229/0001-47  
**SOCIÉTÉ GENERALE GROUP****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 - (em milhares de reais)**

Nessa distribuição, 1.237 ações e 395 opções de ações foram alocadas aos funcionários do Banco Pecúnia e subsidiárias. A outorga das ações está condicionada ao cumprimento de permanência no grupo e, adicionalmente, sujeitos às condições de performance. Sendo que 50% das ações serão outorgadas caso o beneficiário esteja no grupo em 31 de março de 2014. A posse dos outros 50% dependerá do nível de performance do grupo, baseando-se em dois critérios, sendo: (i) caso o retorno sobre o capital (ROE - Return on Equity) do Grupo Société Générale seja igual ou maior que 15%, 100% das ações sujeitas a condição de performance serão empossadas; Caso o ROE seja entre 10% e 15%, as ações serão empossadas de acordo com a seguinte fórmula  $10 \times (\text{ROE} - 5\%)$ , por exemplo se o ROE for de 10%, apenas 50% das ações serão empossadas; (ii) o segundo critério se aplicará caso o ROE seja inferior a 10%, possibilitando a outorga de no máximo 50% das ações e será mensurado pelo "Total de retorno de Acionista" (TSR) o qual será comparado a uma amostra de 11 empresas similares, representadas por: Barclays, BBVA, BNPP, CASA, Credit Suisse, Deutsche Bank, HSB, Intesa, Santander, Standard Chartered e UCI. Se o Grupo Société Générale ficar entre os três primeiros colocados no ranking TSR serão empossadas 50% das ações; se o TSR ficar entre o 4º e 6º serão outorgadas 25% das ações e caso fique após a sexta posição nenhuma ação será empossada. O Société Générale considerou para cálculo um turn-over de 17,61% ao ano. O valor justo unitário das ações, calculado adotando o método de arbitragem, foi de 34,82 Euros por ação e o valor justo das opções foi de 11,54 euros por opção de ações. A seguir, demonstramos os valores reconhecidos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 na rubrica de despesa com pessoal contra a conta do grupo do patrimônio líquido de reserva de capital:

	Plano de Ações livres	Plano de Ações diferidas	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2012	206	45	251
Constituição (Reversão)	155	(6)	149
Saldo em 31 de dezembro de 2013	361	39	400
Constituição	465	42	507
Canceladas	-	(37)	(37)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	826	44	870

Em março de 2014 o valor de R\$ 44, referente a 341 ações e 197 opções do Plano de Ações diferidas, tiveram seu período de carência cumprido referente a condição de permanência. Na mesma data 535 ações foram canceladas em função de não atenderem a condições de performance.

**23. OUTRAS INFORMAÇÕES**

a) Desde 1º de janeiro de 1995, as instituições financeiras devem manter patrimônio líquido compatível com o grau de risco de seus ativos ponderados por fatores, definidos na Resolução nº 2.099/94 e legislações complementares do BACEN. A apuração deste índice é feita de forma consolidada com as instituições integrantes do Grupo Société Générale Brasil e de acordo com as normas vigentes. b) Em 31 de dezembro de 2014, as coberturas em cessões de créditos montam a R\$ 189 (R\$ 2.869 em 2013) pela taxa de cessão e R\$ 186 (R\$ 2.562 em 2013) pela taxa de contrato, para as quais foi registrada provisão para riscos sobre créditos cedidos com coobrigação no montante de R\$ 8 (R\$ 191 em 2013), registrado na rubrica Outras Obrigações - Diversas calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações não cedidas. A totalidade dessas coberturas possui garantia de alienação fiduciária dos veículos financiados. A taxa média dessas cessões de crédito foi de 14,69% ao ano e 1,14787% ao mês, e foram realizadas pelo prazo médio de 60 meses. c) Em 29 de novembro de 2013 o banco aderiu ao programa de refinanciamento previsto na Lei 12.965/2013, efetivando o pagamento de débitos totais ao COFINS no valor de R\$ 68.296, revertendo a provisão de juros de mora, conforme anistia dada pelo programa, no montante de R\$ 36.670. Consequentemente, como condição à adesão ao programa, o banco desistiu das ações judiciais em curso sobre a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). d) Em novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 estabelecendo que a não incidência de tributação sobre os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013, pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, efetivamente pagos até a data de publicação da referida Medida Provisória, em valores superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, desde que a empresa que tenha pago os lucros ou dividendos optasse pela adoção antecipada do novo regime tributário já a partir de 2014. Em maio de 2014, esta Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, inclusive no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a Medida Provisória, a Lei nº 12.973 estabeleceu a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013. O Banco elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não há efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e de 31 de dezembro de 2013 e está avaliando se optará ou não pela antecipação de seus efeitos,

que deverá ser manifestada na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) referentes aos fatos geradores ocorridos no mês a ser determinado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB).

**24. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Em 28 de Janeiro de 2015 o Conselho de Administração do Banco Pecúnia S.A. comunicou a decisão do Grupo Société Générale de focar suas atividades no Brasil em clientes corporativos e institucionais, encerrando dessa forma suas operações de crédito ao consumo de pessoas físicas. Em 03 de Fevereiro de 2015 a Administração do Banco Pecúnia S.A. anunciou aos seus colaboradores o encerramento de sua operação.

**A DIRETORIA**

CONTADOR - Claudemir do N. R. Machado - CRC 1SP217346/O-0

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos

Administradores e Acionistas do Banco Pecúnia S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Pecúnia S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras** - A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos Auditores Independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinão** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pecúnia S.A., em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes** - Conforme mencionado na nota explicativa 2, certas informações correspondentes às notas explicativas, foram alteradas em relação aquelas demonstrações financeiras anteriormente divulgadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, pelas razões mencionadas na referida nota explicativa 2. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

EY

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6  
Flávio Serpentine Peppe  
Contador CRC-1SP172167/O-6

São Paulo, 13 de março de 2015

Renato Nantes  
Contador CRC-1RJ115529/O-7

# Cidades em crescimento

As cidades do Estado de São Paulo são exemplos de crescimento econômico. O dinamismo destas economias será contado numa série de revistas especiais produzidas pelo jornal **DCI**. Cada edição trará a história de um município e suas vocações econômicas.

Uma importante ferramenta estratégica para investidores e empresas com planos de expansão

Anuncie: (11) 5095-5300



Grandes mudanças que trazem grandes vantagens

Publicar seu balanço no DCI é assim:

- Formato Berliner (igual ao Diário Oficial)
- Conteúdo com qualidade e credibilidade
- Um dos líderes em publicidade legal
- Melhor negociação
- Acesso às publicações do dia no DCI On-line

Consulte-nos:  
☎ 5095-5300

**DCI**  
Diário  
Comércio  
Indústria  
& Serviços

Vamos ao que interessa